

O Supremo e a reeleição

Rogério L. Furquim Werneck*

O cerne da crise político-institucional que se abateu sobre o País fica mais claro quando o retrospecto do que ocorreu nas últimas semanas, em Brasília, toma como ponto de partida o fatídico jantar de reconciliação de Davi Alcolumbre com Lula da Silva, promovido por Alexandre de Moraes, em 4/8. A 60 dias do primeiro turno, um ministro do Supremo achou apropriado sair do seu caminho para destravar a pauta eleitoral do governo no Senado.

Findo o jantar, cada um dos três comensais tinha razões de sobra para comemorar. Para todos eles, a reeleição de Lula tornara-se fundamental. Vulnerável como está, Alcolumbre bem sabia que, sem Lula no Planalto, teria pouca chance de ser reconduzido à presidência do Senado.

Já Moraes, encalacrado com esqueletos do caso Vercaro, agarrava-se à fantasia de que, com as reeleições de Lula e Alcolumbre, ainda teria condições resistir ao inevitável assédio que o novo Senado, bem mais à direita do atual, deverá lhe fazer ano que vem.

O que se festejava era a promessa de que em 2027 Lula permaneceria no Planalto, Alcolumbre seria reeleito presidente do Congresso em fevereiro e Moraes, não só sobreviveria no cargo, como seria alçado à presidência do Supremo em setembro.

Da perspectiva do Supremo Tribunal Federal (STF), ainda haveria um ganho crucial. Reeleito, Lula logo se veria sem apoio parlamentar adequado. Ficaria mais uma vez dependente do Supremo para conseguir governar com minoria no Congresso. O que daria aos aliados do presidente na Corte a ascendência requerida sobre o Planalto para controlar o que mais lhes importa: as nomeações de novos ministros para as quatro vagas do STF que terão de ser preenchidas até o final do próximo mandato presidencial.

Esse projeto delirante e megalômano de preservação integral de poder, em que Moraes escaparia ileso, começou a vir abaixo em 1º/9, quando o ministro André Mendonça decidiu que era o momento de conflagrar o Supremo com a denúncia do colega.

Da noite para o dia, a aposta de Moraes na reeleição converteu-se num fato político radioativo. Especialmente aos olhos de eleitores pendulares de centro, cada vez mais mobilizados com a questão da corrupção, como apontam pesquisas recentes.

Às dúvidas sobre o desfecho da disputa presidencial, somaram-se agora às que advêm da descrença na possibilidade de que tamanha crise institucional venha a ser superada de forma adequada, em tempo hábil.

A alta incerteza com que já se defrontava a economia foi agora amplificada numa proporção que há poucas semanas pareceria inimaginável.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.